Alimentos, clima e direitos humanos: transformar os sistemas alimentares para um futuro saudável e sustentável

Alimentación, Clima y Derechos Humanos: transformar los sistemas alimentarios para un futuro saludable y sostenible

Food, Climate, and Human Rights: transforming food systems for a healthy and sustainable future

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: Este informe apresenta uma síntese do relatório da Relatora Especial das Nações Unidas sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas, Elisa Morgera, intitulado *Transformar os sistemas alimentares para garantir um clima seguro e saúde para todos*. O documento analisa as relações entre sistemas alimentares, combustíveis fósseis, mudanças climáticas e direitos humanos, destacando os impactos da agricultura industrial, dos pesticidas, fertilizantes e plásticos sobre o clima, a biodiversidade e a saúde humana. O relatório enfatiza os efeitos desproporcionais desses modelos sobre povos indígenas, comunidades camponesas, pescadores artesanais, mulheres e crianças, cujos direitos à alimentação, à saúde, à água, ao território e à cultura são frequentemente afetados. Também discute a concentração do poder corporativo, a desinformação climática e a necessidade de fortalecer sistemas agroecológicos, a pesca baseada em ecossistemas e os conhecimentos tradicionais como estratégias centrais para a justiça climática, a segurança alimentar e a proteção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Conselho de Direitos Humanos; saúde; sistemas alimentares; mudanças climáticas; direitos humanos.

Resumen: *Este informe presenta una síntesis del informe de la Relatora Especial de las Naciones Unidas sobre los derechos humanos en el contexto del cambio climático, Elisa Morgera, titulado "Transformar los sistemas alimentarios para garantizar un clima seguro y la salud para todos". El documento examina los vínculos entre los sistemas alimentarios, los combustibles fósiles, el cambio climático y los derechos humanos, destacando los impactos de la agricultura industrial, los plaguicidas, los fertilizantes y los plásticos sobre el clima, la biodiversidad y la salud. El informe subraya además los impactos desproporcionados sobre los pueblos indígenas, los campesinos, los pescadores artesanales, las mujeres y los niños, así como la importancia de proteger sus conocimientos, territorios y medios de vida. Asimismo, defiende la agroecología, la pesca basada en los ecosistemas y los sistemas alimentarios locales como pilares fundamentales para la justicia climática, la resiliencia socioambiental y la garantía de los derechos humanos.*

Palabras clave*: Consejo de Derechos Humanos; salud; sistemas alimentarios; cambio climático; derechos humanos.*

Abstract: *This report provides a synthesis of the United Nations Special Rapporteur Elisa Morgera's report "Transforming food systems for a safe climate and health for all. The report examines the links between food systems, fossil fuels, climate change and human rights, highlighting the impacts of industrial agriculture, pesticides, fertilizers and plastics on climate,*

biodiversity and human health. Particular attention is given to the disproportionate effects on Indigenous Peoples, peasants, small-scale fishers, women and children, whose rights to food, health, land, culture and livelihoods are often undermined. The report also emphasizes agroecology, ecosystem-based fisheries and traditional knowledge systems as key pathways for climate justice, food security and the protection of human rights.

***Keywords**: Human Rights Council; health; food systems; climate change; human rights.*

Introdução

A Relatora Especial parte da premissa de que a proteção dos direitos humanos, a estabilidade climática e a transformação dos sistemas alimentares constituem desafios inseparáveis. O relatório demonstra que os sistemas atuais de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos estão fortemente integrados à economia baseada em combustíveis fósseis e que essa dependência produz impactos que se refletem simultaneamente sobre o clima, a biodiversidade, a saúde humana e os direitos humanos.

O documento chama atenção para uma aparente contradição: justamente os povos indígenas, os camponeses, os pescadores artesanais e os pastores — grupos cujos conhecimentos são reconhecidos por avaliações científicas globais como fundamentais para enfrentar as crises planetárias — são aqueles que enfrentam maior vulnerabilidade, perda de territórios, marginalização política e ataques aos seus direitos. Ao mesmo tempo, grandes empresas alimentares acumulam níveis sem precedentes de poder econômico, controle territorial e influência política.

O relatório sustenta que a transformação dos sistemas alimentares deve ser compreendida como uma resposta simultânea às mudanças climáticas, à degradação ambiental e às desigualdades sociais. Para isso, propõe uma agenda centrada na descarbonização, desfossilização e destoxificação da produção alimentar, acompanhada do fortalecimento dos sistemas agroecológicos e dos conhecimentos tradicionais.

A ação climática e os sistemas alimentares

A Relatora destaca que a maioria das políticas climáticas continua concentrada principalmente no setor energético, apesar de os sistemas alimentares constituírem um dos principais vetores das mudanças climáticas globais. Segundo os dados citados, os sistemas alimentares respondem atualmente por entre 21% e 37% das emissões globais de gases de efeito estufa. Caso não ocorram mudanças estruturais, essas emissões poderão aumentar entre 60% e 90% até 2050.

O relatório enfatiza que a contribuição dos sistemas alimentares para o aquecimento global não se limita ao dióxido de carbono. Eles são responsáveis por aproximadamente 80% das emissões globais de óxido nitroso e cerca de metade das emissões antropogênicas de metano, dois gases com potencial de aquecimento muito superior ao CO_2. A questão torna-se ainda mais relevante porque esses gases estão associados principalmente ao uso intensivo de fertilizantes sintéticos, à produção de rações, ao manejo industrial de animais e às práticas agrícolas de grande escala.

Além das emissões, os sistemas alimentares influenciam praticamente todos os limites planetários identificados pela ciência contemporânea. O relatório associa esses sistemas à perda

de biodiversidade, à degradação do solo, à acidificação dos oceanos e ao uso excessivo de água doce. Consequentemente, a transformação alimentar é apresentada como uma das medidas mais eficazes para proteger simultaneamente o clima, a segurança alimentar, os recursos hídricos e a saúde pública.

A expansão dos combustíveis fósseis nos sistemas alimentares

A Relatora demonstra que os sistemas alimentares industriais passaram a desempenhar papel estratégico para a expansão da economia dos combustíveis fósseis. Aproximadamente 15% do consumo energético fóssil mundial já está diretamente vinculado aos sistemas alimentares, e essa participação continua crescendo devido à mecanização intensiva, à refrigeração de longa distância, à industrialização dos alimentos e à expansão dos alimentos ultraprocessados.

A integração entre os setores petrolífero, petroquímico e agroalimentar é descrita como uma característica estrutural do modelo contemporâneo de produção. Os combustíveis fósseis deixaram de ser apenas fonte de energia e passaram a fornecer matérias-primas essenciais para fertilizantes, pesticidas e plásticos utilizados em praticamente toda a cadeia alimentar.

Agrotóxicos

O relatório dedica atenção especial ao papel dos agrotóxicos. Entre 85% e 90% do uso mundial dessas substâncias ocorre na agricultura. Além dos impactos conhecidos sobre a biodiversidade e a saúde humana, a Relatora demonstra que os pesticidas contribuem diretamente para as mudanças climáticas em diferentes etapas do ciclo de produção e utilização.

Entre os aspectos destacados estão as emissões geradas durante a fabricação dos componentes químicos, a utilização de microplásticos como revestimento dos produtos, a queima de estoques obsoletos e as reações químicas provocadas quando os agrotóxicos se dispersam no ambiente. O documento ressalta ainda que menos de 0,1% do produto aplicado alcança efetivamente o organismo-alvo, enquanto o restante se espalha pelos ecossistemas.

Os impactos sobre a saúde são igualmente expressivos. O relatório indica que aproximadamente 44% dos agricultores do mundo sofrem intoxicação por agrotóxicos a cada ano. A exposição prolongada está associada a doenças neurológicas, cardiovasculares, metabólicas e oncológicas. As consequências também incluem contaminação da água, degradação do solo e redução das populações de polinizadores.

Fertilizantes

Os fertilizantes sintéticos aparecem como uma das principais conexões entre agricultura industrial e combustíveis fósseis. A produção de fertilizantes nitrogenados depende fortemente de gás natural e carvão, tornando os sistemas alimentares vulneráveis às oscilações dos mercados energéticos.

Segundo o relatório, os efeitos climáticos dos fertilizantes nitrogenados superam os da aviação comercial mundial. Além disso, a poluição atmosférica associada ao nitrogênio contribui para centenas de milhares de mortes anuais e milhões de novos casos de asma infantil. O uso excessivo desses produtos também afeta a qualidade da água, com repercussões importantes sobre a saúde pública e sobre os direitos humanos relacionados ao acesso à água segura.

Plástico

A Relatora descreve os plásticos como um elemento central da expansão contemporânea dos sistemas alimentares industrializados. Presentes na produção agrícola, na pesca, na aquicultura, no processamento e na embalagem de alimentos, os plásticos ampliam a dependência de matérias-primas fósseis e geram impactos persistentes sobre os ecossistemas.

O relatório destaca que mais de 16 mil substâncias químicas são utilizadas na cadeia dos plásticos, incluindo compostos associados a câncer, infertilidade, doenças cardiovasculares, diabetes e alterações hormonais. Os microplásticos e nanoplásticos já foram identificados em solos, águas e organismos vivos, sendo considerados um dos desafios ambientais mais preocupantes da atualidade.

A Relatora associa diretamente a expansão dos alimentos ultraprocessados ao crescimento das embalagens plásticas de uso único, reforçando a ligação estrutural entre a indústria de alimentos e a indústria petroquímica.

Concentração de poder, acumulação de recursos e excepcionalismo

O relatório dedica ampla atenção à concentração de poder econômico nos sistemas alimentares globais. A autora argumenta que a integração entre empresas do agronegócio, combustíveis fósseis, tecnologia, finanças e comércio cria uma rede de influência capaz de moldar políticas públicas, regulações ambientais e padrões de consumo.

Segundo a análise apresentada, essa concentração favorece monoculturas, dependência tecnológica, expansão dos alimentos ultraprocessados e modelos produtivos voltados à exportação. Paralelamente, reduz o espaço para sistemas alimentares locais, diversificados e baseados em baixos insumos.

Violações de direitos humanos nas grandes empresas alimentares

A Relatora identifica um padrão global de violações de direitos humanos associado à produção alimentar industrial. Os casos relatados incluem deslocamentos forçados, conflitos territoriais, contaminação ambiental, exploração trabalhista, trabalho infantil, violência de gênero e restrições ao acesso à alimentação adequada.

Mulheres, crianças, povos indígenas e comunidades rurais aparecem repetidamente como grupos afetados de maneira desproporcional. O relatório destaca que a expansão dos agronegócios frequentemente reduz a disponibilidade de alimentos tradicionais, altera modos de vida e enfraquece sistemas locais de subsistência.

Desinformação e obstrução

O relatório estabelece paralelos entre as estratégias da indústria alimentar e aquelas historicamente utilizadas pela indústria dos combustíveis fósseis. A autora documenta a utilização de ecobranqueamento (*greenwashing*), publicidade enganosa, manipulação de informações científicas e campanhas de comunicação destinadas a minimizar responsabilidades corporativas.

Segundo o documento, essas estratégias dificultam a formulação de políticas públicas eficazes, prejudicam o direito à informação e comprometem os processos democráticos relacionados à ação climática.

Reajuste de prioridades na ação climática

A Relatora argumenta que aspectos centrais dos sistemas alimentares continuam insuficientemente incorporados às políticas climáticas. Entre eles estão a conservação dos solos, a redução do desperdício de alimentos, o enfrentamento do desmatamento, a proteção dos sistemas aquáticos e o fortalecimento da biodiversidade agrícola.

O documento destaca que cerca de um terço da superfície terrestre já se encontra degradada e que a agricultura responde por aproximadamente 90% da expansão recente do desmatamento global. Também chama atenção para a necessidade de promover dietas mais saudáveis, predominantemente vegetais e nutricionalmente adequadas.

Reajuste de prioridades na cooperação internacional

A Relatora considera insuficiente o nível atual de financiamento internacional direcionado à transformação dos sistemas alimentares. Embora a agricultura e a alimentação estejam diretamente relacionadas à crise climática, elas continuam recebendo parcela reduzida dos recursos globais para ação climática.

Ao mesmo tempo, subsídios públicos da ordem de centenas de bilhões de dólares continuam favorecendo a agricultura industrial e sistemas alimentares intensivos em combustíveis fósseis. A autora defende uma reorientação dos recursos financeiros internacionais para apoiar agricultores familiares, povos indígenas e sistemas agroecológicos.

Reestruturar os sistemas alimentares para garantir um clima seguro

A Relatora conclui que os danos causados pelos sistemas alimentares industriais e os impactos das mudanças climáticas possuem causas comuns e interdependentes. Por essa razão, qualquer estratégia eficaz deve enfrentar simultaneamente as dimensões climática, ambiental, econômica e social da crise.

A proteção dos conhecimentos indígenas, dos sistemas camponeses, da pesca artesanal e das formas tradicionais de manejo dos recursos naturais é apresentada como condição indispensável para garantir a segurança alimentar, a adaptação climática e a proteção dos direitos humanos.

Recomendações

A Relatora traz recomendações para cinco áreas de atuação: (a) regulação nacional; (b) ação multilateral; (c) responsabilidades das organizações intergovernamentais; (d) responsabilidade das empresas; (e) recomendações gerais para unir a sociedade civil, a academia, povos indígenas, camponeses, pescadores artesanais, pastores e mulheres rurais com o objetivo de uma agenda comum baseada em justiça climática, soberania alimentar, proteção da biodiversidade, redução das desigualdades e fortalecimento dos direitos humanos.

A. Regulação nacional

A Relatora recomenda que os Estados incorporem suas obrigações climáticas e de direitos humanos em legislações nacionais mais rigorosas. Isso inclui exigir que empresas alimentares reduzam emissões, eliminem dependências fósseis e diminuam o uso de substâncias tóxicas. Os governos devem ainda combater a concentração corporativa, revisar

subsídios públicos e garantir reparação para danos já causados ao meio ambiente e aos direitos humanos.

B. Ação multilateral

Nos processos multilaterais, os Estados são instados a priorizar a transformação dos sistemas alimentares nas negociações climáticas, nas discussões sobre plásticos e na elaboração de instrumentos internacionais sobre empresas e direitos humanos. O relatório propõe metas globais para redução da produção de plásticos, eliminação progressiva de insumos petroquímicos e fortalecimento dos mecanismos internacionais de responsabilização empresarial.

C. Responsabilidades das organizações intergovernamentais

Organizações como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e os organismos das Convenções do Rio são chamadas a ampliar a participação efetiva de povos indígenas, camponeses e mulheres rurais. A Relatora recomenda que essas instituições tratem de forma mais rigorosa os conflitos de interesse corporativos e priorizem financiamento para sistemas agroecológicos e iniciativas lideradas por comunidades locais.

D. Responsabilidade das empresas

As empresas devem elaborar planos efetivos de descarbonização, desfossilização e destoxificação de suas cadeias produtivas. O relatório enfatiza que elas possuem responsabilidade direta de respeitar os direitos humanos, evitar desinformação climática, reparar danos causados e abandonar modelos de produção dependentes de combustíveis fósseis e produtos químicos nocivos.

E. Outras recomendações

Por fim, a Relatora conclama a sociedade civil, universidades, movimentos sociais e instituições de pesquisa a trabalharem em conjunto com povos indígenas, camponeses, pescadores artesanais, pastores e mulheres rurais. O objetivo é construir uma agenda comum baseada em justiça climática, soberania alimentar, proteção da biodiversidade, redução das desigualdades e fortalecimento dos direitos humanos.

Considerações Finais

O relatório de Elisa Morgera oferece uma contribuição particularmente relevante para os debates contemporâneos sobre saúde global, justiça climática e direitos humanos ao demonstrar que os sistemas alimentares não constituem um setor isolado das políticas de clima, saúde e desenvolvimento, mas um dos principais pontos de convergência entre as crises ambiental, sanitária, social e econômica do século XXI. Ao evidenciar as conexões entre combustíveis fósseis, agricultura industrial, fertilizantes sintéticos, pesticidas, plásticos, desmatamento, degradação dos solos, insegurança alimentar e concentração corporativa, a Relatora propõe uma mudança paradigmática: tratar os sistemas alimentares como um componente estruturante da ação climática e da proteção dos direitos humanos.

Essa perspectiva dialoga diretamente com reflexões recentes produzidas no âmbito do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz. Os trabalhos de Eduardo Nilson,

Denise Oliveira e Silva e colaboradores ressaltam que a segurança alimentar e nutricional global precisa ser compreendida em uma lógica sistêmica, na qual alimentação, saúde humana, saúde animal e saúde planetária são dimensões inseparáveis. Ao discutir a agenda de Saúde Única (*One Health*), os autores demonstram que os sistemas alimentares contemporâneos e a expansão dos alimentos ultraprocessados estão profundamente relacionados aos desafios ambientais, epidemiológicos e climáticos que afetam populações em todo o mundo. A análise de Morgera converge com essa abordagem ao mostrar que os sistemas alimentares industrializados produzem simultaneamente emissões de gases de efeito estufa, degradação ecológica e impactos sobre a saúde humana, exigindo respostas integradas e multissetoriais.

Nesse sentido, o relatório contribui para superar uma visão fragmentada das políticas públicas. Ao invés de considerar separadamente clima, agricultura, nutrição e saúde, a autora demonstra que todos esses elementos participam de um mesmo processo. Tal compreensão aproxima-se da noção de sindemias globais, utilizada em diversos debates de saúde pública, segundo a qual problemas como mudanças climáticas, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis, insegurança alimentar e degradação ambiental interagem mutuamente e compartilham determinantes estruturais comuns. A expansão dos alimentos ultraprocessados, destacada tanto por Morgera quanto pelos informes recentes de Eduardo Nilson, exemplifica de forma clara esse fenômeno ao combinar impactos negativos sobre a saúde, ampliação da demanda por embalagens plásticas, aumento do consumo energético e intensificação da dependência de cadeias produtivas vinculadas aos combustíveis fósseis.

A centralidade atribuída pela Relatora às mulheres também merece destaque. O documento demonstra que os impactos dos sistemas alimentares industrializados não são distribuídos de maneira uniforme entre os grupos sociais. Mulheres rurais frequentemente assumem responsabilidades fundamentais relacionadas à produção de alimentos, ao cuidado familiar, à preservação de conhecimentos tradicionais e à organização comunitária. Entretanto, continuam enfrentando barreiras estruturais de acesso à terra, ao crédito, aos recursos produtivos e à participação política. Além disso, as desigualdades de gênero são agravadas pelos efeitos das mudanças climáticas, pela insegurança alimentar e pelas formas de exploração laboral presentes em diferentes cadeias produtivas.

Essas conclusões dialogam diretamente com os estudos de Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes, que têm enfatizado a necessidade de compreender a saúde das mulheres para além das dimensões estritamente biomédicas. Os informes produzidos pelas autoras ressaltam que condições de vida, desigualdades sociais, violência de gênero, acesso aos serviços de saúde e processos de exclusão econômica influenciam profundamente os resultados em saúde. Quando vista sob essa ótica ampliada, a transformação dos sistemas alimentares proposta por Morgera também constitui uma agenda de promoção da saúde das mulheres, pois envolve acesso a alimentação saudável, proteção dos meios de subsistência, valorização do trabalho de cuidado e fortalecimento da autonomia econômica e política feminina.

O relatório também atribui lugar central às crianças, tanto pelo impacto imediato dos sistemas alimentares sobre a nutrição e a saúde infantil quanto pelos efeitos intergeracionais da crise climática. A exposição a pesticidas, contaminantes químicos, insegurança alimentar e degradação ambiental compromete o desenvolvimento infantil e amplia vulnerabilidades futuras. Além disso, a Relatora destaca que as futuras gerações herdarão as consequências das decisões atuais sobre solo, biodiversidade, recursos hídricos e estabilidade climática. Essa

abordagem amplia a compreensão do princípio do melhor interesse da criança e o conecta diretamente às políticas climáticas e alimentares.

Outro aspecto particularmente relevante do relatório é sua contribuição para os debates sobre saúde e ambiente. As análises recentes de Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão têm enfatizado a crescente interdependência entre substâncias químicas, degradação ambiental, mudanças climáticas e saúde humana. O relatório de Morgera reforça essa perspectiva ao demonstrar que pesticidas, fertilizantes sintéticos e plásticos não produzem apenas impactos localizados, mas integram um sistema global de riscos que afeta simultaneamente ecossistemas, cadeias alimentares e saúde pública. A autora evidencia que a contaminação química, a perda de biodiversidade, a poluição das águas e os efeitos climáticos são processos interligados, exigindo abordagens igualmente integradas de governança e políticas públicas.

Talvez a principal contribuição conceitual do relatório esteja na articulação entre direitos humanos e sistemas alimentares. Ao longo de todo o texto, a Relatora demonstra que direitos à alimentação, saúde, água, cultura, território, desenvolvimento e autodeterminação não podem ser garantidos em um contexto de degradação climática crescente. Da mesma forma, não é possível proteger adequadamente o clima ignorando questões de desigualdade social, concentração de poder econômico e exclusão política. A transformação dos sistemas alimentares deixa de ser apenas uma questão técnica ou produtiva para tornar-se uma agenda de democratização dos recursos naturais, redistribuição de poder e fortalecimento dos direitos humanos.

Nesse contexto, a valorização da agroecologia, da pesca artesanal baseada em ecossistemas, dos sistemas pastoris e dos conhecimentos de povos indígenas e comunidades camponesas representa mais do que uma alternativa agrícola. O relatório os apresenta como expressões de outros modos de produzir, conhecer e se relacionar com a natureza. Trata-se de sistemas que contribuem para a proteção da biodiversidade, a conservação dos solos, a segurança alimentar, a redução das emissões e o fortalecimento da resiliência climática. Ao mesmo tempo, preservam práticas culturais, formas de organização comunitária e conhecimentos acumulados ao longo de gerações.

Por fim, o informe converge com uma mensagem recorrente nos Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde: os desafios globais contemporâneos não poderão ser enfrentados por soluções setoriais ou isoladas. Segurança alimentar, justiça climática, saúde das mulheres, saúde infantil, preservação ambiental, soberania alimentar, biodiversidade e direitos humanos são agendas inseparáveis. O relatório de Elisa Morgera demonstra que a construção de um clima seguro, de sistemas alimentares sustentáveis e de sociedades mais equitativas depende de uma transformação estrutural capaz de reposicionar a vida, a saúde e os direitos humanos no centro das decisões econômicas e políticas globais.

Referências

NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Direitos Humanos. **Transformar los sistemas alimentarios para garantizar un clima seguro y la salud para todos: informe de la Relatora Especial sobre la promoción y la protección de los derechos humanos en el contexto del cambio climático, Elisa Morgera**. A/HRC/62/44. Genebra: Naciones Unidas, 2026. Disponível em: <https://docs.un.org/es/A/HRC/62/44>. Acesso em: 19 jul. 2026.

MAGALHÃES, Danielly de P.; GALVÃO, Luiz Augusto. **Saúde, clima e substâncias químicas: tendências e desafios globais**. In: *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 10, 2026. Rio de Janeiro:

Fiocruz, 2026. p. 56-65. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/404>. Acesso em: 19 jul. 2026.

MAGALHÃES, Danielly de P.; GALVÃO, Luiz Augusto. **A COP30 sobre clima em Belém e as implicações para a saúde**. In: *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 22, 2025. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2025, p. 31-45. Disponível em: <https://fiocruz.br/documento/2025/11/cadernos-fiocruz-informe-22-2025>. Acesso em: 19 jul. 2026.

MASSARI, Maria Teresa Rossetti; SANTOS, Priscilla Paiva Gê Vilella dos; GOMES, Maria Auxiliadora Souza Mendes. **Hemorragia pós-parto em foco na The Lancet: um problema de saúde global na vida de mulheres a ser superado**. In: *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 10, 2026. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026. p. 82-89. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/398>. Acesso em: 19 jul. 2026.

SANTOS, Priscilla Paiva Gê Vilella dos; MASSARI, Maria Teresa Rossetti; GOMES, Maria Auxiliadora de Souza Mendes. Entre avanços e retrocessos: saúde e direitos de mulheres, crianças e adolescentes no cenário global. **Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, *[S. l.]*, n. 1, p. 103–111, 2026. Disponível em: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/50. Acesso em: 19 jul. 2026.

NILSON, Eduardo Augusto Fernandes; OLIVEIRA E SILVA, Denise. **Perspectivas da segurança alimentar e nutricional global em 2026**. *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 1, 2026. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/51>. Acesso em: 19 jul. 2026.

NILSON, Eduardo; OLIVEIRA E SILVA, Denise. **Aproximando a Saúde Única (One Health) à agenda de sistemas alimentares e alimentos ultraprocessados**. *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 8, 2026. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/341>. Acesso em: 19 jul. 2026.

NILSON, Eduardo; WILLIAM, Erin; OLIVEIRA E SILVA, Denise. **O paradoxo das carnes: comércio, saúde e sustentabilidade nos sistemas alimentares contemporâneos**. In: *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 10, 2026. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026. p. 95-113. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/408>. Acesso em: 19 jul. 2026.